



PTVS  
Nº 70028608198  
2009/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE  
INCONSTITUCIONALIDADE

DE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70028608198

COMARCA DE SANTO ANTÔNIO  
DAS MISSÕES

PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO  
ANTONIO DAS MISSOES

REQUERENTE

CAMARA MUNICIPAL DE  
VEREADORES DE SANTO ANTONIO  
DAS MISSOES

REQUERIDO

PROCURADOR GERAL DO ESTADO

INTERESSADO

## DECISÃO

Vistos etc

Trata-se de *ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal* promovida pelo **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES**, tendo como objeto a Lei Municipal nº 1.712/2007, de Santo Antônio das Missões, que “estabelece normas para a escolha de Diretores de Escolas Públicas Municipais”.

Sustentou a inconstitucionalidade material da referida lei, pois os cargos de direção são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, contrariando o art. 37, II, da Constituição Federal, e o art. 32 da Constituição Estadual. Assim, postulou a concessão de medida liminar para o efeito de restar decretada a suspensão imediata da vigência da lei municipal e, ao final, a declaração de sua inconstitucionalidade.

Juntou documentos.

É o relatório.

Analiso o pedido de liminar e adianto que merece deferimento para determinar a suspensão da vigência da lei municipal.



PTVS  
Nº 70028608198  
2009/CÍVEL

A Lei Municipal nº 1.712/2007, de Santo Antônio das Missões, regula a escolha de Diretores de Escolas Públicas Municipais mediante eleição.

O preenchimento dos cargos de Diretor de Escola Pública mediante eleições tem ensejado acesa controvérsia, em face da necessária vinculação que possuem com o Chefe do Poder Público Municipal, pois não possuem autonomia administrativa e financeira.

Por isso, têm sido considerados como cargos de confiança, sendo de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Público Municipal, na forma do art. 32 da Constituição Estadual.

Nessa linha, a jurisprudência de nosso Tribunal de Justiça do Estado tem sistematicamente considerado inconstitucionais as leis municipais que disponham acerca de eleições para Diretores de Escolas Municipais por afronta ao princípio da independência entre os Poderes do Estado diante da prerrogativa constitucional do Chefe do executivo de nomear servidores para exercerem cargo em comissão, violando o art. 37, inc. II, *in fine*, da Constituição Federal, bem como os artigos 8º, *caput*, e 32 da Constituição Estadual, que dispõe, respectivamente:

**Art. 37.** *A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

**I- ...**

**II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)...**

**Art. 8º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, rege-se-á por lei orgânica e pela**



PTVS  
Nº 70028608198  
2009/CÍVEL

*legislação que adotar, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.*

**Art. 32** - Os cargos em comissão, criados por lei em número e com remuneração certos e com atribuições definidas de direção, chefia ou assessoramento, são de livre nomeação e exoneração, observados os requisitos gerais de provimento em cargos estaduais.

Servem de exemplo os seguintes precedentes de nosso Tribunal de Justiça:

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL DE AGUDO QUE VERSA SOBRE ELEIÇÃO DO DIRETOR E DO VICE-DIRETOR DE ESCOLA PÚBLICA - INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL QUE SE OSTENTA - PRECEDENTES SOBRE A MATÉRIA.** Ação julgada procedente. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70022342711, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Carlos Branco Cardoso, Julgado em 02/06/2008).

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL DE HORIZONTINA QUE VERSA SOBRE ELEIÇÃO DO DIRETOR E DO VICE-DIRETOR DE ESCOLA PÚBLICA - INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL QUE SE OSTENTA - PRECEDENTES SOBRE A MATÉRIA - SITUAÇÃO QUE ACONSELHA A ADOÇÃO DO EFEITO EX NUNC À DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.** Ação julgada procedente. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70022366025, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Carlos Branco Cardoso, Julgado em 07/04/2008).

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ENSINO PÚBLICO. LEI Nº 5.415/2000, DO MUNICÍPIO DE CARAZINHO, QUE ESTABELECE A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÃO PARA DIRETOR DE ESCOLA PÚBLICA. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL. SISTEMA QUE SUBTRAI DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PRERROGATIVA DE NOMEAR E EXONERAR, LIVREMENTE, SERVIDOR DE CARGO EM COMISSÃO E DISPOR SOBRE A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.** Mostra-se inconstitucional a Lei nº 5.415/2000, do Município de Carazinho, que dispõe sobre eleição dos diretores de escolas públicas municipais, retirando a prerrogativa de livre nomeação dada ao Prefeito Municipal. Ofensa aos artigos 8º, 20 e 32 da Constituição Estadual e artigo 37, II, da Constituição Federal. Precedentes do STF e deste Órgão Especial. **AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. VOTO VENCIDO.** (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70018328112, Órgão Especial, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Osvaldo Stefanello, Julgado em 23/07/2007).

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL. ELEIÇÃO DE DIRETORES E VICE-DIRETORES DE ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL.** É inconstitucional dispositivo de lei municipal que estabelece a eleição de diretores e vice-diretores de escolas da rede pública municipal.



PTVS

Nº 70028608198

2009/CÍVEL

*Interferência na discricionariedade e na prerrogativa do Chefe do Poder Executivo de livremente nomear e exonerar titulares de cargos de direção. Afronta aos arts. 8º e 32, da Constituição Estadual. Ação julgada procedente. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70011269479, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 15/08/2005).*

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ENSINO PÚBLICO. SISTEMA DE ELEIÇÃO DE DIRETOR E VICE-DIRETOR DE ESCOLA PÚBLICA. INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS NºS 53/94 E 272/99, DO MUNICÍPIO DE SALVADOR DAS MISSÕES, QUE ESTABELECEM A INDICAÇÃO, ATRAVÉS DE VOTAÇÃO PELA COMUNIDADE ESCOLAR, DE DIRETOR E VICE-DIRETOR DE ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU. SISTEMA QUE SUBTRAI DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PRERROGATIVA DE NOMEAR E EXONERAR, LIVREMENTE, SERVIDOR DE CARGO EM COMISSÃO E DISPOR SOBRE A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. VIOLAÇÃO DAS REGRAS INSERTAS NOS ARTIGOS 20, 32 E 82, VII, OBSERVADO O DISPOSTO NO ART. 8º, TODOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. REPRESENTAÇÃO ACOLHIDA. AÇÃO PROCEDENTE. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70010976686, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Ari Azambuja Ramos, Julgado em 27/06/2005)**

**ANTE O EXPOSTO, CONCEDO A LIMINAR REQUERIDA PARA SUSPENDER, ATÉ A DECISÃO FINAL DA PRESENTE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, OS EFEITOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.712/2007.**

Notifique-se o Presidente da Câmara de Vereadores para informações.

Cite-se o Estado do Rio Grande do Sul.

Intimem-se.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2009.

  
**DES. PAULO DE TARSO VIEIRA SANSEVERINO,**  
**Relator.**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PTVS

Nº 70028608198

2009/CÍVEL



*Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:*

**Signatário: PAULO DE TARSO VIEIRA SANSEVERINO**

**Nº de Série do certificado: 7EBF60F1348275F3**

**Data e hora da assinatura: 11/02/2009 15:46:21**

*Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na internet, o endereço [http://www.tj.rs.gov.br/site\\_php/assinatura](http://www.tj.rs.gov.br/site_php/assinatura) e digite o seguinte número verificador: 700286081982009118883*